

Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas

Tânia Elias M. Silva – UFSE

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados parciais de um estudo mais amplo sobre as trajetórias da Sociologia no Brasil, identificando obras, autores, documentos produzidos, cartas, relatórios de viagem, fotografias, documentários que fazem parte de nosso acervo sociológico, desde a fase considerada pré-sociológica, ou pioneira, até sua institucionalização. O presente texto apresenta uma visão panorâmica da trajetória desta ciência, numa perspectiva mais descritiva que interpretativa da fase considerada “Pioneira” da Sociologia no Brasil, e trás os resultados de reflexões decorrentes das leituras já realizadas, com o objetivo de contribuir para o debate e a pesquisa.

Palavras-chave: Sociologia. Sociologia no Brasil. Pioneirismo sociológico no Brasil.

ABSTRACT

This paper presents a partial result of a biggest study about the Brazilian Sociology's trajectory aimed to identify books, authors, letters, travel reports, pictures, documentaries and all kind of production that composes the Brazilian sociological patrimony. This paper aims to contribute to both the debate and the research about Brazilian Sociology by the description of the sociological stage called “pioneer”.

Keywords: Sociology. Brazilian sociology. Brazilian sociological pioneership.

O presente artigo apresenta os resultados parciais de um estudo mais amplo sobre as diferentes trajetórias da Sociologia no Brasil, identificando obras, autores, documentos produzidos, cartas, relatórios de viagem, fotografias, documentários e depoimentos que fazem parte de nosso acervo sociológico desde a fase considerada pré-sociológica, ou pioneira, até o início deste século. O texto apresenta uma

visão panorâmica da trajetória da Sociologia no Brasil da fase considerada “Pioneira”,¹ numa perspectiva mais descritiva que interpretativa.

Não se trata, portanto, de um trabalho específico de análise das idéias sociológicas, e sim de apresentar o resultado de reflexões decorrentes das leituras já realizadas, no sentido de subsidiar os pesquisadores interessados no tema, fomentar o debate e a pesquisa.

UMA CIÊNCIA DOS TEMPOS MODERNOS

A sociologia estrutura-se como ciência em meados do século XIX, é uma ciência da modernidade, surgida da necessidade de melhor compreender e interferir nas mudanças decorrentes do novo estágio de desenvolvimento do capitalismo que abalaram de forma violenta a sociedade europeia, impondo novos valores, hábitos, crenças, formas de governo e relações sociais. Em 1887, a Sociologia foi reconhecida como tal – *uma ciência* – pela Universidade de Bordeaux na França, na Faculdade de Educação, que determinou que os currículos dos cursos de Pedagogia naquele ano passariam a ter Sociologia. Para a cátedra da disciplina foi indicado como docente titular na época, “um jovem educador, então com 28 anos, bem conhecido entre nós, chamado Emile Durkheim” (CARVALHO, 2006, p. 1).

O percurso histórico da sociologia está diretamente ligado e responde as necessidades de compreensão e explicação da vida social, mas não como mera especulação e sim como uma forma de ater-se a realidade concreta, buscando intervir na mesma. Pensar a vida social buscando deslindar a trama das relações sociais que a permeiam, entendendo as diferenças peculiares a cada momento histórico, marca o começo da empreitada e delimita a trajetória da nova ciência.

A preocupação em observar a vida social é anterior à consolidação da Sociologia como ciência, mas observar, descrever, supor, idealizar não respondia mais as necessidades do século XIX, frente às rápidas mudanças que se faziam visíveis na vida social. Eram novos desafios que traziam em seu bojo a necessidade de uma explicação causal dos fenômenos em evidencia e de respostas para a busca de soluções. Os velhos paradigmas da ordem social, onde os lugares de cada um nas esferas de participação social, estavam a priori definidos, não mais davam conta da tarefa.

1 O presente texto se baseia em resultados preliminares de uma pesquisa intitulada As múltiplas trajetórias da Sociologia no Brasil: dos pioneiros à atualidade, que vem sendo desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Itinerários intelectuais, imagem e sociedade da UFS e conta com pesquisadores de diferentes instituições de ensino.

As mudanças se faziam céleres e a máquina do progresso em direção a uma nova ordem social já havia sido acionada sem que as pessoas se dessem conta do fato, sem que tivessem tempo para compreender todo o movimento de ebulição social. Greves, desemprego e inchaço de cidades despreparadas para receber um contingente cada vez maior de população que expulsa do campo buscavam meio de vida nas cidades, que se viam inchadas do dia para a noite, são alguns dos problemas que desafiavam os gestores da sociedade. Cidades que surgiam e cresciam num abrir e fechar de olhos, conforme as fabricas engulideiras de mão de obra fossem surgindo.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista instituiu uma nova ordem econômica e social responsável por transformações radicais no modo de vida, gerando uma série de violências contra a vida, em especial dos trabalhadores, e um novo estatuto social era exigido a cada momento. As transformações decorrentes do novo modo de produção tinham o mesmo efeito do despertar de um vulcão, que revoluciona tudo a sua volta.

Nas cidades para onde afluíam as levas de trabalhadores rurais expulsos do campo havia carência de moradias, emprego, segurança e assistência de toda ordem aos novos moradores urbanos, antes servos da gleba, agora sujeitos a servidão das fábricas, sem nenhuma garantia, entregues a própria sorte. A vida, antes regulada pelos fenômenos naturais que marcavam o tempo do plantio e o da colheita, passou a ser regulada por uma máquina perversa que limitava as necessidades humanas ao mover de um ponteiro de relógio que determinava a hora de começar e de parar de trabalhar.

O mundo parecia ter virado de ponta cabeça, como entende-lo? Como explica-lo? Como propor medidas de intervenção que buscassem um ordenamento do aparente caos? Este é o cenário em que a sociologia – uma nova ciência surge.

A PERIODIZAÇÃO: DIFERENTES OLHARES

No Brasil, desde o final do século XIX, as idéias decorrentes desse novo campo de conhecimento haviam penetrado nos círculos intelectuais, fazendo efervescer os debates sobre a nova ciência, que só foi introduzida como disciplina obrigatória nos currículos escolares no início do século XX, com o decreto de 1925 da reforma Rocha Vaz, que instaurou a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos ginasiais.

Conforme esclarece Silva (1997) em seu estudo sobre o pioneirismo sociológico no Brasil:

O Decreto que instalou esta cadeira foi o de nº 16 782 de 13 de janeiro de 1925, que criou o Departamento Nacional de Ensino, vinculado ao Ministério da

Justiça e Negócios Interiores e que criou também, no sexto ano ginasial, a cadeira de Sociologia, que ficou no Rio de Janeiro a cargo do professor Delgado de Carvalho.

Contudo, somente com a Reforma Campos, que criou os cursos preparatórios para as faculdades e que colocou esta disciplina como obrigatória (SILVA, 1997)², é que a mesma irá ganhar o grau superior das escolas secundárias.

Apesar de seu reconhecimento oficial e de sua introdução como disciplina obrigatória dos currículos escolares só ocorrer em meados da década de vinte do século passado, os estudos e os debates em torno do campo de conhecimento sociológico antecede a sua oficialização. Segundo Azevedo (1994) é possível entrever em vários documentos escritos no século VIII e início do XIX, pelos viajantes, cronistas, naturalistas e até mesmo clérigos e religiosos que por aqui passaram valiosas contribuições para este campo do conhecimento, embora sem os rigores do método e a preocupação científica.

Como atesta Azevedo, o Brasil vai sendo descoberto e desvendado a partir do registro que esses estudiosos fizeram, é sob a lente destes estudiosos e/ou cronistas que a vida social no Brasil vai sendo arquivada nos relatos e é graças a estes arquivos que hoje podemos ter diferentes leituras acerca de nossa formação social.

Peças de valor documental, documentos de toda ordem, narrativas de viajantes, cartas e crônicas de missionários, aí avultam, sobretudo nos dois primeiros séculos, em tal abundância que, apenas publicados ou mais difundidos, atraíram historiadores, etnólogos e sociólogos empenhados na reconstituição de nossa história, no estudo de culturas primitivas ou na análise da estrutura social e econômica da sociedade colonial (AZEVEDO, 1994, p. 409).

Este precioso acervo documental divulgado no início deste século, através da reedição de várias obras, passa a ser de grande interesse para os historiadores e cientistas sociais em geral. Graças a estes documentos muitas culturas e realidades já extintas puderam ser alvo de estudos e alargaram desse modo novas interpretações sobre a formação social brasileira, bem como sobre o nosso meio natural.

2 A lei que colocou a Sociologia como obrigatória foi a de n. 19 890 de 1931 (SILVA, 1997).

Azevedo assevera, com muita propriedade, que esses documentos foram responsáveis por um renascimento dos estudos históricos no campo da antropologia e da sociologia, cuja investigação científica tinha por objeto a sociedade colonial e as culturas primitivas já extintas ou ainda remanescentes. Um ponto a ressaltar é que esses estudos proliferaram como frutos de uma fase de intensa atividade editorial, que pôs ao alcance dos leitores em geral o que até então era privilégio de bibliófilos ou pesquisadores obstinados (AZEVEDO, 1994).

A referência a este fato é de suma importância quando estudamos a formação do pensamento sociológico no Brasil, pois embora a sociologia como ciência autônoma, com objeto e método próprio, chegue ao país por influência européia no final do século XIX, vinda da França, berço do positivismo Comtiano, os primeiros pensadores sociais antecederam esta fase e, sem sombras de dúvida, formaram o alicerce com o qual se cimentarão os primeiros estudos tidos como “sociológicos” no país.

A primeira fase da evolução do pensamento sociológico na América Latina é apontada por Roger Bastide e Rex Hoper (apud AZEVEDO, 1994) como a dos relatos feitos nos três primeiros séculos da colonização, ou seja, por todo o período colonial, também denominado de “período dos mitos” (AZEVEDO, 1994).

Relatos, cartas, crônicas que evocam a vida dos índios, suas instituições, bem como o *modus vivendi* da sociedade colonial e, mesmo a fauna e a flora típicas das terras brasileiras, formam um valioso conjunto documental de pesquisa sobre a realidade brasileira nos seus três primeiros séculos de colonização. Embora de caráter quase sempre pré-científicos no que tange aos critérios analíticos, são elucidativos e preciosos como acervo empírico, muitos dos quais preciosos registros etnográficos.

Ribeiro ao escrever a introdução do livro *A Fundação do Brasil* (1992), intitulada *A Invenção do Brasil*, enfatiza a importância que os documentos e registros variados deixados pelos viajantes que por aqui passaram, interpretes atônitos diante do inusitado, representam para o conhecimento de nosso processo formador. São um rico legado para se entender **como se constrói uma nação contra a vontade de um povo que a habitava originalmente**. Através desses documentos é possível compreender a tragédia e o drama dos que **no seu desfazimento, fizeram à nação brasileira**.

A partir da segunda metade do século XIX vários são os temas que preocupam os estudiosos em compreender a realidade nacional, todos *pari passu* aos problemas de sua época, como o branqueamento racial, o problema da mão de obra e a imigração estrangeira, o sentido de nação, entre outros. Destacam-se entre os trabalhos produzidos as contribuições de Nina Rodrigues (1862-1905), Euclides da Cunha (1866-1909), Oliveira Vianna (1883-1951), Manoel Bonfim (1868-1932), Alberto Torres (1865-1917), Roquette-Pinto (1884-1950), que trouxeram à tona de forma muitas vezes antagônica a questão da raça e o problema imigratório como solução para o desenvolvimento da nação.

Gilberto Freyre, no início dos anos de 1930, irá se contrapor às idéias da superioridade racial e contribuir para desmoralização científica do racismo através de obras como *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937). Desta mesma época destacam-se as obras de Caio Prado Júnior (1933) *Evolução Política do Brasil* e de Sérgio Buarque de Holanda (1936) *Raízes do Brasil*.

Conforme esclarece Nogueira (1981, p. 192-193) a respeito desses trabalhos e a trajetória da Sociologia no Brasil:

[...] são os grandes marcos da renovação da historiografia nacional que, afastando-se do estilo tradicional de obras cheias de datas e nomes e de tom encomiástico e triunfalista, de que os trabalhos do Visconde de Porto Seguro constituíam o grande paradigma, converge com a Sociologia no esforço de compreensão do processo de formação da sociedade nacional. Ademais, as obras de Caio Prado Júnior e as de outros historiadores e sociólogos de orientação dialética substituem a perspectiva elitista tradicional.

A trajetória da Sociologia no Brasil desde os seus primórdios, quando ainda era praticada de forma autodidata e confundia-se com outras disciplinas, com a literatura e o jornalismo, tem tido pelos estudiosos no assunto diferentes parâmetros de periodização.

Alguns autores, como Pinto Ferreira (1957), dividem a história da Sociologia em três fases: a primeira abrangeria o Brasil Império até os primeiros anos da República. O segundo iria até meados da década de trinta com o estabelecimento das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e os primeiros cursos de formação de cientistas sociais no país, em especial a Universidade de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política, também em São Paulo, e a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, ex-Universidade do Distrito Federal e atual UFRJ, e um terceiro que se iniciaria a partir desta época.

Azevedo em seu livro *Princípios de Sociologia* (Edições Melhoramentos: São Paulo, 9ª ed., 1958) apresenta uma síntese histórica da Sociologia no Brasil na qual distingue três fases: A primeira iria da segunda metade do século XIX, até 1928, e seria anterior ao ensino e a pesquisa; a segunda é marcada pela introdução da Sociologia em escolas do país (1928-1935), e a terceira teria início em 1936, marcada pela associação do ensino e da pesquisa, nas atividades universitárias. De acordo com Azevedo (apud SOUTO MAIOR, 2003):

No primeiro período - o mais dilatado de todos, surgem, a longos intervalos, estudos e trabalhos em que aparecem, na interpretação da história geral ou

literária das idéias e tendências sociológicas, orientadas em direções diversas. São obras antes literárias e históricas do que sociológicas, em que já acusa uma penetração maior ou menor, geralmente superficial, do espírito e das idéias correntes da ciência social, ainda em formação, dominantes nos meados do século XIX.

Cândido (apud SOUTO MAIOR, 2003) delimita sua periodização da Sociologia no Brasil em dois períodos que considera como bem configurados: de 1880 a 1930, seria o primeiro e 1940 o segundo, sendo que de 1930 a 1940 teríamos uma fase intermediária de transição. Afirma Cândido:

No primeiro, é praticada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Além disso, não se registra o seu ensino, nem a consciência da pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente. Depois de 1930 ela penetra no ensino secundário e superior, começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados, devendo-se notar que os primeiros brasileiros de formação universitária adquirida no próprio país formaram-se em 1936. O decênio de 1930, rico e decisivo, pode ser considerado fase transitória para o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da disciplina como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação.

Souto Maior (2003) em artigo sobre a história da Sociologia em Pernambuco estabelece um período inicial que vai do começo da Escola do Recife, na segunda metade do século XIX, aos anos 20 do século seguinte; um segundo que vai dos anos 20 até os anos quarenta, em que a influência de Gilberto Freyre é marcante, e um último que teria tido início nos anos cinquenta quando a sociologia se institucionaliza definitivamente como disciplina acadêmica, com a criação dos cursos de Ciências Sociais.

Em nossa pesquisa a trajetória da Sociologia no Brasil está delimitada em cinco períodos³, a saber: De meados do século XIX ao início do século XX, temos o primeiro período, aqui denominado de “Pioneirismo”; do início do século XX até meados da década de quarenta, marcado pela abertura da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo – ELSA (1933), pelo curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (1934), da Universidade do Distrito Federal (1935), e o da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (1939), o segundo período denominado de “Institucionalização”⁴; de meados da década de quarenta até 1968, quando é decretado o AI5, pelo Governo Militar, e a produção sociológica brasileira sofre um abalo decorrente da perseguição política e do banimento de parte substancial dos intelectuais e cientistas que faziam ciência social no país, um terceiro período; o quarto período inicia-se a partir de 1968, através dos livros e artigos produzidos fora do país pelos “banidos”, bem como pelos estudos e pesquisas que vão sendo elaborados no Brasil no âmbito interno das instituições de ensino superior e alguns institutos de pesquisa, entre os quais se destaca o CEBRAP. A tônica dominante é a questão da democracia e o regime de exceção instaurado no país pelo golpe militar, boa parte da produção deste período volta-se direta ou indiretamente para esta temática.

Apesar do período castrador da ditadura militar (1964-1985), a ciência não morreu e a investigação sociológica não parou, embora tenha sofrido um constrangimento pelas dificuldades de divulgação e produção, bem como pela diáspora provocada pelas cassações e perseguições e morte de vários profissionais e estudantes, em especial nos anos de 1971 a 1976. É possível aventar se um quinto período não estaria em curso desde o final do século XX e início do XXI, decorrente tanto do processo de redemocratização do país com novos atores sociais em cena, como dos novos movimentos sociais e demandas que surgem no interior da sociedade civil, bem como de questões que se tornam temas relevantes no final do século XX, como é o caso da questão ambiental e dos desafios impostos pela nova urbanidade, entre outros.

Soma-se a estas questões os desafios da crise paradigmática na sociologia e a busca de respostas e explicações para um Brasil contraditório que ainda convive com velhos problemas, contrapostos a novos problemas decorrentes dos desafios colocados pela modernidade/pós-modernidade.

- 3 A divisão estabelecida não tem a pretensão de criar mais uma periodização para se contrapor as existentes, mas sim de atender os marcos estabelecidos como parâmetros do estudo.
- 4 A respeito da institucionalização Oliveira (1995) lembra que nos anos de 30/40/50 falava-se em “profissionalização”, ou seja, em criar profissionais de Sociologia e de Ciências Sociais, sendo o termo “institucionalização” de uso bem mais recente. A criação desses profissionais, ainda segundo a autora, estava, com exceção da ELSA, voltada para a formação docente.

Novos conceitos, paradigmas, autores, pesquisadores, instituições de pesquisas tem dado uma dinâmica significativa ao campo da produção sociológica e das ciências sociais de modo geral na construção da sociologia brasileira. São novos olhares que se debruçam sobre a nossa realidade, buscando compreendê-la à luz dos novos tempos.

SYLVIO ROMERO, TOBIAS BARRETO E A ESCOLA DO RECIFE

Ao estudarem-se os primórdios da Sociologia brasileira, o nome de Sylvio Romero (1851-1914) figura na lista dos precursores desta ciência. Este autor é sempre lembrado pelos estudiosos da história das ciências sociais como o pioneiro, ou a figura mais importante no que tange a introdução da ciência sociológica no cenário intelectual brasileiro. Conforme assinala Povinã (1939, p. 53): “Sylvio Romero representa o Brasil na etapa do evolucionismo spenceriano e, de certo modo a escola de Le Play, como reação antipositivista”. Destacam-se, segundo Povinã, dos escritos de Sylvio Romero as obras: “Ensaio de Sociologia e Literatura (1900), Etnografia Brasileira (1888) e o Brasil Social (1908)” (p. 53).

Povinã (1939) considera Sylvio Romero como o primeiro sociólogo brasileiro e quicá o primeiro sociólogo latino-americano. A polêmica travada contra a tese de Tobias Barreto de que a Sociologia não existia como ciência, é igualmente considerada, por este autor, como a sua maior contribuição à Sociologia.

Pinto Ferreira (1957, p. 138), estudioso da história da Sociologia no Brasil, considera tanto Tobias Barreto como Sylvio Romero figuras precursoras da Sociologia brasileira. Ferreira faz grande menção ao papel vanguardista que representou a “Escola do Recife”, no final do século XIX, quando passa a debater os temas básicos da cultura humana, após “o memorável concurso de Tobias Barreto, em 1882”. Os debates acirrados que foram travados acerca das novas temáticas no campo do conhecimento científico e filosófico, não apenas por Tobias Barreto e Sylvio Romero, mas também por outros intelectuais da época, estavam vinculados às condições histórico-culturais de seu tempo, refletindo o surto científico europeu realizado no século XIX e estreitamente correlacionado com o processo de industrialização e expansão da economia capitalista que varria o ocidente impondo novas idéias, novos hábitos e mudanças na velha ordem.

Uma sociedade urbana vai emergindo no cenário nacional neste período, trazendo no seu bojo valores novos, que vão, paulatinamente, contrapondo-se aos valores mais tradicionais, arraigados nos costumes de uma sociedade de base eminentemente rural, e até então dominantes. O processo de urbanização pelo qual a sociedade brasileira vai passar no início do século, em especial na capital do país e em

alguns outros centros urbanos mais expressivos, como foi o caso de Recife e Salvador, e a partir de meados do século XIX, a cidade de São Paulo, irá gerar novos tipos sociais e uma outra dinâmica social ao país. A análise da sociedade brasileira e sua explicação começa a ganhar novos contornos, novos elementos se fazem presentes na ânsia de entender o Brasil.

Este movimento criou uma nova “mentalidade científica e filosófica” que, no caso brasileiro, passou a atuar profunda e revolucionariamente na transformação da mentalidade brasileira, em especial, nos meios intelectuais e científicos.

Campos, ao discorrer sobre Sá Pereira e a Escola do Recife, refere-se ao papel de destaque que representou Tobias Barreto na discussão das novas temáticas que passaram a insuflar os futuros “bacharéis”. Segundo Campos (1987, p. 13-14) havia uma escola Tobiática:

A verdade é que a Escola do Recife somente nasceu e adquiriu a importância que teve porque em Pernambuco aportou, no início da década de 1860, um mulato sergipano genial chamado Tobias Barreto. Tivesse Tobias ido estudar em São Paulo ao invés do Recife, é quase certo que hoje teríamos uma ‘Escola de São Paulo’ e não uma ‘Escola de Recife’.

Para este autor a vanguarda que surge na Escola de Direito de Recife, a contrapor-se às idéias positivistas que impregnavam os ideais da época, é devida ao brilho e a eloquência de Tobias Barreto e não apenas aos condicionantes sócio-econômicos. Contudo, o próprio Tobias é fruto dos novos ideais que chegam as terras brasileiras soprados pelas aragens das mudanças que se processavam no continente europeu.

Souto Maior (2003, p. 10) é enfático ao afirmar que a chamada Escola do Recife “pode ser considerada sem controvérsia como o marco importante para o início de uma história da Sociologia no estado e, possivelmente, no Nordeste”.

Para este autor é a figura de Tobias Barreto que dá enorme visibilidade ao que se poderia chamar de debate sociológico.

Sem dúvida, o debate ocorre no clima intelectual da Faculdade de Direito do Recife e da divulgação das idéias positivistas. A alegada oposição de Tobias à Sociologia não teria sido mais que oposição ao positivismo. Corresponde, praticamente, àquele primeiro período de que fala Fernando Azevedo (SOUTO MAIOR, 2003, p. 11).

Para Souto Maior o “espírito da Escola do Recife” permaneceu por muito tempo e, ainda na década de 40, se falava na Faculdade de Direito de uma “nova Escola de Recife”. A Faculdade até hoje, segundo o autor, é lembrada como “a casa de Tobias” e continua publicando uma série de trabalhos sobre o movimento.

Afirma Souto Maior (2003, p. 11) a respeito da importância da Escola do Recife e de Tobias Barreto para a difusão das novas idéias:

Se as idéias sociais, filosóficas e jurídicas do sergipano foram ultrapassadas, o seu nome continua a ter um valor simbólico e se pode falar numa Tradição e num espírito que sobrevive até hoje. É bom salientar que essas idéias e esse espírito ultrapassaram o âmbito do Recife e tiveram repercussão nacional, inclusive, pela migração de vultos como Sílvio Romero, Teixeira de Freitas e Bevilácqua, entre outros. Nesse sentido, poderíamos dizer que a Escola do Recife estava à frente de ou emparelhada com outros centros brasileiros de estudo; as Faculdades de Direito eram o carro chefe que os conduziam, correspondendo à realidade social e econômica da época.

Embora os nomes dos sergipanos Tobias Barreto e Sílvio Romero encabeçam a lista dos pioneiros da Sociologia no Brasil, devem ser lembrados também os nomes de Miguel Lemos, Benjamin Constant, Alberto Torres, Tavares Bastos, Fausto Cardoso, Artur Orlando, Euclides da Cunha, Paulo Egydio, Florentino Menezes, Vitor Viana, Brandão Júnior, Soriano de Sousa, Lívio de Castro, Alberto Sales, Joaquim Pimenta, Pontes de Miranda, entre outros, embora alguns desses nomes figurem também na fase da institucionalização da sociologia.⁵

Nogueira (1981, p. 193) ao analisar a trajetória da Sociologia no Brasil e valendo-se de escritos de Thales de Azevedo e Antônio Cândido, lembra que:

5 Muitos desses chamados pioneiros estão a merecer um estudo detalhado da vida e obra, pois continuam ignorados pelos estudiosos da Sociologia e foram, sem sombras de dúvida, precursores de uma Sociologia Brasileira. Vide a respeito, Carvalho (1987) e Silva (1997).

Segundo Thales de Azevedo, de 1891 aos primeiros anos do século em curso, o spenceriano Leovigildo Filgueiras deu aulas de Sociologia na Faculdade de Direito da Bahia.

Por sua vez informa Antônio Cândido que, em São Paulo, em 1897 e 1900, o durkheimiano Paulo Egidio de Oliveira Carvalho, docente da Faculdade de Direito, ofereceu dois cursos livres de Sociologia.

Após a proclamação da República houve várias tentativas no sentido de introduzir Sociologia no currículo do curso secundário, o que somente se efetivaria em fins do decênio de 1920, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, por influência de Carlos Delgado de Carvalho, na Escola normal do Recife, por inspiração de Gilberto Freyre e influência de Antônio Carneiro Leão e, pouco mais tarde, em São Paulo, por Fernando Azevedo.

A Sociologia, uma ciência da modernidade, penetrou em solo brasileiro e ganhou adeptos e estudiosos em diferentes pontos de nosso território antes de sua institucionalização, mas pouco ainda se conhece dessas trajetórias intelectuais que não estavam localizadas nos chamados “eixos tradicionais”, ou seja, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo. É o caso do professor e sociólogo Florentino Teles de Menezes (1886-1959) nascido em Aracaju/SE (SILVA, 1997).

Em 1913, o professor Florentino publica a sua primeira obra **Estudos Chorográfico e Social do Brasil**, em 1926 ingressa no Colégio Atheneu Sergipense como catedrático de Sociologia⁶, portanto na mesma época em que a disciplina passa a ser lecionada no colégio Pedro II do Rio de Janeiro. No concurso de ingresso para o Atheneu Sergipense apresenta as teses: **A influência do clima nas civilizações** e **Estudos de Sociologia: O Processo de Seleção nas Sociedades**, ambas de 1926.

Como afirma Silva (1997, p. 9):

Florentino Menezes pertence ao grupo dos pioneiros das Ciências Sociais no Brasil que, por amor e curiosidade abraçavam a ciência e faziam dela o seu ideal de vida. Ser cientista social no período que antecedeu a institucionalização da

6 Com o decreto de 1925 da Reforma Rocha Vaz, que instaurou a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos ginasiais, esta matéria oficializou-se no estado, primeiro nos cursos secundários e, só bem posteriormente chegou aos cursos universitários. Vide Silva, 1997.

sociologia enquanto disciplina acadêmica, antes do interesse econômico por uma profissão bem sucedida, despertava a vontade de vencer desafios em um país ainda imberbe para tal campo.

Em 1931, já como catedrático no Colégio Atheneu escreve **Tratado de Sociologia**, que passa a ser adotado como livro didático. A elaboração da obra é assim justificada pelo autor:

A idéia da publicação deste livro apareceu, como uma síntese das diversas condições que orientavam a iniciação e o desenvolvimento do curso de Sociologia em Sergipe, no ano de 1929.

Inaugurado este curso, compreendi logo a dificuldade extrema em que se encontravam as minhas alunas que eram apenas três, as quais não conseguiram, com a urgência necessária para a marcha regular do ensino, o compêndio então exigido pelo regulamento.

Entretanto, esta dificuldade, no atual momento em que escrevo este prefácio, (Dezembro de 1930) não mais existe, pois o notável sociólogo brasileiro Dr. Delgado de Carvalho resolveu completamente o problema, com a publicação do seu livro Sumário do Curso de Sociologia (MENEZES, 1931, p. 25-26).

Os pioneiros da sociologia brasileira enfrentaram, conforme pode ser deduzido das palavras de Florentino Menezes, enormes dificuldades para ministrar essa disciplina, pois não havia uma referência institucional precisa e sem essa referência passavam por enormes adversidades tais como: falta de material didático e a ausência de recursos financeiros que proporcionassem condições propícias para que os profissionais divulgassem e aprofundassem os estudos e pesquisas que vinham realizando. Esses estudos e pesquisas foram, sem sombras de dúvidas, o alicerce que cimentou o ensino de Sociologia no país e muitos continuam a merecer um estudo.

IDÉIAS MODERNAS NUM BRASIL ARCAICO

A receptividade das idéias sociológicas no Brasil, em meados do século XIX, tem, como assinala Nogueira (1981), na perplexidade de uma elite letrada preocupada com a identidade e o destino da sociedade nacional, seu principal fator. Essa minoria letrada, formada no exterior ou no país, via de regra,

estava ligada às elites econômicas dominantes por estreitos laços parentais consangüíneos e de afinidades. Esta afinidade, não raro, tornava os letrados porta-vozes políticos do estamento dominante de que faziam parte.

Nogueira (1981) ao analisar o desenvolvimento das idéias sociológicas em terras brasileiras frisa as principais características que marcavam estes grupos: brancos, isto é, descendentes diretos de antigos colonizadores e dos menos marcados pela mestiçagem com o negro africano e o indígena,⁷ e culturalmente eurocêntricos, sempre atentos para os movimentos culturais e mudanças sociais ocorridas no velho mundo, com ênfase cada vez mais crescente para nações como a França, Inglaterra e Alemanha. Dessas nações nos vinham a moda, a etiqueta, os padrões de comportamento e organização política, além da literatura, ciência e manifestações culturais de modo geral.

Somente no final do século XVIII o país terá uma re-europeização significativa, embora conservando as idiosincrasias próprias da sociedade que por aqui se formava e que por mais que as elites quisessem copiar o modelo europeu de vida, tropeçavam nas contradições de uma sociedade escravista, rural e conservadora, mantida por essa mesma elite. Como bem analisa Freyre (1977, p. 39) a esse respeito:

Da elite grande parte vivia, ainda nos meados do século XIX no fim do século XVIII. Só uns tantos homens, entre os quais se incluía o próprio Imperador, e umas poucas mulheres, como Nísia Floresta, tinham conhecimento, dentre os brasileiros natos, da Europa de John Stuart Mill, das saias rodadas, de Sir Charles Lyell, de George Sand, das carruagens inglesas de quatro rodas e de Pio IX. Isto é, participavam plenamente da cultura contemporânea. [...] o Brasil dos meados do século XIX não era só constituído por vários Brasis, regionalmente diversos: também por vários e diversos Brasis quanto ao tempo ou à época vivida por diferentes grupos da população brasileira.

7 Freyre (1966, p. 395) ao discorrer a respeito da formação da sociedade patriarcal brasileira, afirma: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”.

A partir do final do século XVIII, o pensamento social brasileiro vai sendo permeado pela influência do enciclopedismo, das idéias positivistas e da Maçonaria, idéias que ganharão maior vigor no século seguinte, em especial as posturas anti-clericais e a tendência à secularização.

A partir da influência destas novas posturas intelectuais, a polêmica não raro instala-se no seio das camadas letradas da população, em especial nos grupos mais jovens que trazem os germens dos novos tempos para os debates que são travados, fazendo emergir pontos controversos entre os adeptos das mais variadas correntes de pensamento em voga: iluministas ou enciclopedistas e escolásticos num momento, cousinistas e positivistas mais tarde, positivistas e evolucionistas, agnósticos e “metafísicos” ou espiritualistas num outro.

Não raro esses debates se davam em foros públicos com o propósito de granjear-se prestígio intelectual e político. É nesse ambiente de debate intelectual, em especial os proporcionados no seio das academias de Direito do Recife e de São Paulo, como nos ocorridos nas academias de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e, igualmente nas escolas de Engenharia, que as idéias florescem e as novas ciências penetram como disciplinas da modernidade. Esse é o caso da Sociologia – a ciência que se debruça sobre a vida social para explicar as mudanças, as crises, os problemas e impasses da nova ordem social.

O debate travado entre a camada letrada e quase sempre ligada a estas instituições acadêmicas é denominado de “bacharelismo”, caracterizado pela exacerbada utilização de citações e a supervalorização de questões de forma, sempre colada aos modismos exógenos importados dos centros europeus. Pode-se dizer num sentido metafórico, que a Sociologia no Brasil é fruto do bacharelismo, afinal não se pode esquecer que a polêmica travada entre os dois grandes intelectuais – Tobias Barreto e Sylvio Romero – acerca da cientificidade da Sociologia, e que é lembrado como um marco para identificar os seus precursores em nosso país, foi um duelo típico do “bacharelismo”.

Os cursos jurídicos foram de grande importância na vida intelectual brasileira, em especial nos meados do século XIX, pois era de suas fileiras que saíam a maior parte dos quadros para a política, para a diplomacia, para o mundo das letras durante o Império.

A elite brasileira era formada nos cursos jurídicos existentes no país, destacando-se o de Recife e o de São Paulo.

Souto Maior (2003) em seu artigo sobre a Sociologia em Pernambuco chama a atenção para o fato de que apesar de os diplomas das Faculdades de Direito “serem expedidos por muito tempo como de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, a Sociologia como tal, à diferença da Economia Política, não tenha entrado formalmente desde há muito no currículo escolar dessas faculdades” (p. 11). Somente na Reforma Francisco Campos, no início dos anos 30, com a criação dos cursos pré-universitários haveria a inclusão da Sociologia no pré-jurídico.

Oliveira (1995, p. 235), ao analisar a história das Ciências Sociais no Rio de Janeiro destaca o papel que os “bacharéis” representaram na vida nacional:

A constatação da presença do bacharel na vida brasileira e a denúncia dos males daí advindos são moedas corrente no pensamento social. Bacharelismo e antibacharelismo marcam as reflexões sobre o passado e sinalizam impasses da vida cultural. Gilberto Amado, Gilberto Freyre, Tobias Monteiro, Monteiro Lobato, Oliveira Viana constituem uma linhagem de autores que se detiveram na análise da ‘superabundância de funcionários e doutores’ e dos graves resultados daí advindos.

AS IDÉIAS SOCIOLÓGICAS NUMA SOCIEDADE ELITISTA

O Brasil até quase o final do século XIX ainda caracterizava-se por ser uma sociedade em formação, marcada por uma enorme distância social entre a camada dominante e o restante da população. Éramos um país atrasado e ainda preso a uma ordem social escravocrata e imperial. No limiar do século XIX abole-se a escravidão, derruba-se a monarquia e instaura-se a república, contudo sem a participação e compreensão exata do significado real desses acontecimentos para a maioria da população brasileira composta de analfabetos e pessoas secularmente alijadas de qualquer tipo de inserção na vida política.

As idéias, tanto a sua produção como discussão, sempre estiveram afeitas a um diminuto círculo de privilegiados, com predominância quase que absoluta dos brancos com ascendência econômica e política. Raros eram os mulatos, negros ou mestiços que participavam em igualdade de condições desses círculos de discussão intelectual do país nessa época, sem que estivessem ligados aos mesmos por uma condição econômica, política ou de ascendência familiar.

Como ressalta Nogueira (1981), é nessa sociedade elitista, na qual as manifestações de vida intelectual constituem privilégio de uma ínfima minoria, que as idéias sociológicas procedentes da Europa começam a penetrar em meados do século XIX.

Cruz Costa (1958) chama a atenção para o fato de que o regime republicano em 1889, não refletiu em grandes transformações na paisagem intelectual do país e que embora o positivismo houvesse atingido com a República por um momento o seu ponto mais alto, por ocasião da Constituinte em 1891, começara a declinar, sofrendo, segundo depoimento de Miguel Lemos, um dos representantes desta corrente filosófica, “uma fatal atenuação”.

“O materialismo vago e simplista cederia lugar a um crescente, mas também incerto movimento de ressurreição metafísica e o spencerianismo prolongar-se-ia, assim como o materialismo, no sociologismo e no cientismo” (COSTA, 1958, p. 135).

Ao contrário da realidade brasileira marcada pelo atraso, pela pobreza, pelo analfabetismo, pelo predomínio da vida rural sobre a urbana, a Europa vive a plenitude da modernidade, com a conseqüente efervescência dos movimentos intelectuais, culturais, artísticos e literários. A discussão das novas teorias científicas movimenta a vida acadêmica e os institutos de pesquisa. O cenário social transforma-se rapidamente e a vida urbana e seu fenômeno, o urbanismo ou a urbanidade, torna-se o referendado do progresso e dos novos tempos.

Os quadros da vida parisiense descritos por Baudelaire (1821-1867), como retratos da modernidade, são bem ilustrativos dos novos tipos sociais que entram em cena na Europa e da nova dinâmica que movimenta a vida social. É a predominância do urbano sobre o rural, é a rua que ganha nova fisionomia e passa a ser ponto de encontros e discussões. São os novos materiais, como o ferro e o vidro que darão uma nova funcionalidade à arquitetura. A palavra de ordem é o novo, a inovação, a mudança.

Mas como esses elementos permearão a sociedade brasileira e influirão na aceitação de novas concepções científicas e filosóficas?

Na análise que fez da vida urbana no Brasil, em especial nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, a partir dos meados do século XIX, Freyre (1985), ao deter-se no estudo das casas, revela os costumes de seus habitantes e nos fornece uma ilustração preciosa de como a sociedade nacional foi sendo permeada por esses novos valores.

O ruralismo que marcou a vida social no Brasil por quase quatro séculos, vê-se suplantado aos poucos por um movimento de modernização dos costumes e de valorização do urbano. A partir de meados do século XIX, o país vê-se sob a batuta de homens empreendedores e com os olhos voltados para as mudanças que se processavam na Europa, não raro, comprometidos com os interesses do capital inglês, como foi o caso do Barão de Mauá, mas que foram responsáveis pela modernização das técnicas de transporte, aperfeiçoamento dos serviços urbanos, tais como iluminação, calçamento e saneamento, o que conferiu um novo estilo de vida nas cidades. Como bem assinala Freyre (1985), a rua, outrora só de negros, mascates e moleques se aristocratizou.

A nossa maneira, íamos sendo tragados pelos ares da modernidade, e o patriarcalismo urbanizava-se também. As mudanças no modo de vida atingiram em cheio as novas gerações, que passaram a instruir-se não mais em casa, com o tio-padre ou o capelão, nem nas escolas de padres, mas em academias e colégios dirigidos por leigos e, não raro, por estrangeiros. A respeito das mudanças decorrentes do novo estilo de educação dado aos filhos das camadas senhoriais, comenta Freyre (1985, p. 18):

É curioso constatar que as próprias gerações mais novas de filhos de senhores de engenho, os rapazes educados na Europa, na Bahia, em São Paulo, em Olinda, no Rio de Janeiro, foram-se tornando, em certo sentido, desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados.

Um reflexo da influência que o novo conceito de moderno/modernidade teve na vida urbana no Brasil, no início do século XX, pode ser mensurado pela reforma urbana que várias capitais do país sofreram influenciadas pelas transformações da vida e paisagem parisiense. A administração de Pereira Passos no Rio de Janeiro foi um exemplo típico dos novos ares que sopravam por aqui vindos da Europa. O novo desenho urbano do Rio não teve como objetivo preservar a memória da cidade, mas inseri-la na modernidade, por isso pás e picaretas derrubavam tudo e remodelavam a cidade em um novo desenho arquitetônico. Esta reforma ficou conhecida como **Bota – Abaixo**.

Augusto Malta, Marques Rebelo e Antonio Bulhões abrem seu livro *O Rio de Janeiro do Bota – Abaixo* (1997) com uma citação que Gomes (1996) faz na obra *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça*:

A remodelação do Rio de Janeiro do **Bota – abaixo** de Pereira Passos, por ação das ‘picaretas regeneradoras’, que celebravam a ‘vitória da higiene, do bom gosto e da arte’, como disse Bilac, em 1904, em crônica de sofisticada revista *Kosmos*, alterou não só o perfil e a ecologia urbanas, mas ainda o conjunto das experiências de seus habitantes. Lugar e metáfora, a cidade interessa, por conseguinte, enquanto espaço físico e mito cultural. Cidade e modernidade se pressupõem, na medida em que é o cenário das transformações, exibidas de maneira ostensiva e às vezes brutal. Assim, a cidade é pensada como condensação simbólica e material da mudança (GOMES, 1997, p. 7).

A administração Pereira Passos transformou a cidade do Rio de Janeiro em apenas quatro anos **de burgo vicioso e perverso à categoria de centro urbano moderno e hígido**, como afirmam os autores de *O Rio de Janeiro do Bota – Abaixo*. A reforma foi tão radical e significativa, que mesmo sem a cidade ter sofrido qualquer modificação de estatuto, ganhou outra dimensão sociológica, sendo possível afirmar que a administração de Pereira Passos foi um divisor de águas: O Rio de Janeiro antes e depois da reforma.

Vários são os cronistas da época, entre eles destaca-se João do Rio⁸, que vão se debruçar sobre as mudanças que ocorrem na vida urbana carioca e que trazem novos hábitos, valores, espaços de socialização, referências, criando um novo cotidiano paralelo ao velho. São dois Rios de Janeiro, duas realidades diferentes convivendo ao mesmo tempo, uma a do Rio antigo e outra a do Rio moderno, higienizado.

A respeito da importância de João do Rio como cronista da cidade de Martins (1976, p. 7):

Cronista por excelência de uma cidade – no caso, o Rio de Janeiro, onde nasceu, viveu e morreu – ele representa, como ninguém, um momento, uma atmosfera, uma fisionomia urbana, um estilo de vida, uma complexidade de usos e costumes que o tempo transformou, numa operação mágica de substituição de imagens, deixando para trás e meio fora de foco o cenário em que se movimentava, como figura de primeiro plano.

Destacam-se como leitores críticos das transformações que abalaram a vida da capital do país no início do século XX, as figuras de França Júnior, cronista da elite conservadora, que habitava as grandes chácaras dos subúrbios da cidade e Lima Barreto, romancista e também atento observador e crítico da vida social carioca.

Lima Barreto (1993) em suas cartas, entrevistas, em seu diário fala das transformações sofridas pela cidade e dos reflexos para a vida social, em especial na vida dos mais pobres. Sensível e atento observador de sua cidade e de sua época escreve várias crônicas e contos que analisam essas transformações e suas conseqüências no habitus dos moradores da cidade. Esses escritos literários, na verdade, contém embrionariamente uma análise sociológica e antropológica da vida urbana do Rio de Janeiro.

Adentramos o século XX impregnados pelos ares da modernidade que sopravam tanto do continente europeu, como da América do Norte, e são esses novos ares que vão consolidar o ensino da sociologia como disciplina obrigatória no Brasil e sua institucionalização.

8 João do Rio era o pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), nome que nunca usou e sim João Paulo Alberto Coelho Barreto, mais conhecido por Paulo Barreto. Vide a respeito: Martins (1976).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de (Org.) **As ciências no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.

_____. **A Sociologia no Brasil**: o ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil. Disponível em: <http://www.geocities.com/florestanvive/sociologiabrasil.html>

BARRETO, Lima. **Um longo sonho do futuro**: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia, 1993. (Revisões; 5).

CAMPOS, Virgílio. **Um pensador da Escola do Recife**: Sá Pereira e o seu tempo. Recife: FUNDARPE, 1987.

CÂNDIDO, Antônio. A Sociologia no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, [19--]. p. 2216-2232.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. **Sociologia no ensino médio**: mudanças profundas na educação brasileira. [S.l:s.n.], 2006.

CARVALHO, Nanci Valadares de. Sociologia brasileira. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Coord.). **Leituras sociológicas**. São Paulo: Vértice, 1987.

COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro na primeira fase do século XX. **Revista Brasiliense**, Rio de Janeiro, n.15, p. 135-143, jan./fev. 1958.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. t. 2.

_____. **Sobrados e mucambos**: descendência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985. 2 v. (Documentos brasileiros).

_____. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1977.

GOMES, Renato Cordeiro. **João do Rio**: velas do vício, ruas da graça. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MALTA, Augusto; REBELO, Marques; BULHÕES, Antonio. **O Rio de Janeiro do Bota – Abaixo**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997

MARTINS, Luis. Introdução. In: RIO, João do. **As religiões no Rio**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

MENEZES, Florentino Teles de. **Tratado de sociologia**. Aracaju: [s. n.], 1931.

NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Org.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979-1981.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995. v. 2.

PINTO FERREIRA. Panorama da sociologia brasileira I. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 14, p.134-160, nov./dez. 1957.

POVINÃ, A. Os estudos sociológicos no Brasil. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 52-60, 1939.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SILVA, Adriana E. Magno da. **Florentino Menezes: um sociólogo brasileiro esquecido**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma história da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização. **Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2003.